

CULTURA E POLÍTICA NOS MOVIMENTOS URBANOS: do direito à cidade à interseccionalidade

Felipe Nunes Coelho Magalhães
Departamento de Geografia – IGC/UFMG
felmagalhaes@ufmg.br

RESUMO: Uma das características marcantes da rodada de mobilizações no chamado novo ciclo de lutas na metrópole brasileira é a pujança de suas interfaces e encontros com a esfera da cultura, entendida de forma ampliada como modo de vida e produção simbólica. O artigo aborda este processo através duma leitura teórica acerca do direito à cidade em relação às transformações econômico-espaciais das últimas décadas na metrópole, em que a economia da cultura ganha proeminência em relação à um declínio relativo da industrialização. São problematizados também os sentidos diversos tanto da culturalização da política quanto da politização da esfera cultural, em análises que conduzem a uma interpretação da conjuntura atual a partir de uma redefinição das relações entre cultura, economia e política.

Palavras-chave: movimentos sociais metropolitanos, cultura e política, direito à cidade

GT-9: A produção do espaço urbano: abordagens e métodos de análise

1 INTRODUÇÃO

O cenário dos movimentos urbanos brasileiros passou recentemente por um período de renovação de seus grupos, padrões de mobilização, pautas e formas de relacionamento com outras forças políticas – processo que foi interpretado por alguns autores como um “novo ciclo de lutas” (Arantes, 2014) na e pelas cidades, tendo a questão urbana como um catalisador fundamental (Maricato, 2013). Esta movimentação – que culminaria nas chamadas jornadas de junho de 2013 – reativou formas antigas de ação direta e mobilização (ocupações urbanas, assembleias populares), atualizou reivindicações diversas em novos termos (mobilidade urbana, participação popular), e abriu novas frentes de ativismo no uso das novas tecnologias em interface com a política no âmbito da sociedade civil. Ademais, criou-se um agrupamento reivindicativo situado fora dos circuitos de parceria, cooperação e cooptação nas relações entre partido, governo e movimentos sociais característico do bloco de centro-esquerda que se encontrava no poder naquela conjuntura, com a capacidade de pressioná-lo de forma independente na direção de ações que confrontavam diretamente as porções situadas nas outras alas políticas do pacto governista ampliado – em torno do chamado *lulismo* (Singer, 2012).

No quadro atual, a perspectiva mais comumente enfatizada a respeito dessas movimentações enfoca seus efeitos diversos no desdobramento da conjuntura de retrocesso, que se fortalece a partir do rompimento do próprio pacto lulista em função de sua impossibilidade de funcionamento no contexto da crise (dada sua dependência do mercado internacional de commodities, que permitiu uma combinação de crescimento econômico com distribuição em função da pequena influência do salário mínimo elevado na indústria extrativa, mais diretamente exposta a preços no mercado externo do que à estruturas internas de custos). No entanto, é fundamental não perder de vista as próprias trajetórias, projetos e potências deste novo ciclo de movimentos, sobretudo no que diz respeito às formas de intervenção no (e capacidades de transformação do) quadro urbano/metropolitano brasileiro atual.

Propomos nesta intervenção uma leitura voltada para um aspecto muito particular dessa constelação *política urbana*, qual seja sua forte interface com o âmbito da cultura, entendida de forma ampla, abrangendo desde a constante (re)produção de significados numa esfera simbólica e subjetiva constitutiva do tecido social (e espacial) em seu cerne às práticas criadoras de manifestações artísticas diversas. Reeditando padrões dos encontros entre cultura e política das décadas de 1960 e 70, observa-se uma fertilização cruzada que atua na direção duma culturalização

da política correspondente a seu espelho na politização da cultura – cujas implicações são multifacetadas e de grande escala. Através dum diálogo da teorização com uma bateria de pesquisa qualitativa (entrevistas em profundidade e observação participante) realizada entre 2015 e 2018 junto a movimentos urbanos em Belo Horizonte e Salvador, o artigo chega a este objeto específico a partir dum percurso teórico que se inicia num terreno de distância relativa e caminha progressivamente em sua direção. As claras ligações com os sentidos dos eventos de maio de 1968 e suas linhagens diversas nos conduzem a uma entrada na discussão através deste elemento, inseparável da ideia do direito à cidade em sua concepção original lefebvriana, que viria a público dois meses antes da deflagração daqueles atos políticos. Ao fim, abordaremos a conjuntura política atual, vista através da perspectiva destes terrenos.

2 DIREITO À CIDADE, MAIO DE 68 E RESTRUTURAÇÕES URBANAS

Muito frequentemente, *O Direito à Cidade* (Lefebvre, 2006 [1968]) é lido no circuito acadêmico brasileiro em conjunto com alguns dos demais trabalhos de Henri Lefebvre em torno da questão urbana, principalmente *A Revolução Urbana* (Lefebvre, 1999 [1970]) e *A Produção do Espaço* (Lefebvre, 1974) – obras que constituem, de certa forma e para muitos leitores, o cerne do pensamento deste autor central na demarcação de um terreno de conhecimento e ação política sobre a cidade. N’A revolução urbana, Lefebvre explora as muitas implicações da passagem da era industrial à era urbana tanto como uma transformação da relação do capital com o espaço quanto nos termos de uma agenda revolucionária. A transformação do capitalismo através da produção do espaço ganha importância para a reprodução do capital ao ponto de passar a constituir um processo primordial, e a atualização desta trajetória envolve um duplo movimento: de fabricação de mundos e de transformação do mundo em fábrica.

O tema da industrialização tende a ser negligenciado nas leituras atuais do direito à cidade e em sua deformação que ocorre de diversas formas nas últimas décadas. As abordagens acadêmicas acerca do tema também não evitam tais olhares e proposições, que operam a redução do direito à cidade ao simples acesso a serviços e lugares onde eles se concentram, e caminham em conjunto com uma análise espacial antidialógica, anti-relacional, marcada pela ausência da indústria, da industrialização, no argumento lefebvriano o elemento central que transforma a lógica da cidade noutra coisa que tende a não ser mais cidade, sendo que este direito se refere à possibilidade de se redefinir os termos desta espacialidade que tendia ao desaparecimento.

No entanto, é importante contextualizar tais elaborações no período em que foram formuladas, no auge do contexto da chamada “metrópole fordista-keynesiana” (Soja, 2000), sendo os próprios eventos de 1968 relacionados às contradições e opressões advindas não da crise daquela formação econômico-espacial (que atingiria os países de centro na década seguinte), mas de sua pujança. Para chegarmos à cidade e à metrópole contemporâneas, faz-se necessário pensar numa trajetória histórica na direção de uma continuação do espectro que Lefebvre (1999) propõe, contextualizando historicamente a noção da urbanização completa da sociedade – após a zona crítica da industrialização transformando a cidade em metrópole, a metrópole torna-se a cidade enquanto fábrica social, a fábrica em si transborda para a cidade como um todo, e posteriormente para o mundo: no processo contemporâneo da chamada *urbanização planetária* (Brenner, 2014). Trata-se deste modo da metropolização como transbordamento da fábrica, em primeiro lugar para a cidade, tornando-a indústria, e em seguida para o mundo – urbanização completa da sociedade e do espaço a partir da implosão-explosão da cidade industrial. Nesta explosão, a metrópole opera o devir fábrica do mundo. Tendo a indústria transformado a cidade em metrópole, a metrópole transforma o mundo em indústria, ao mesmo tempo em que a metrópole torna-se fábrica de mundos. O primeiro processo em função do segundo, a fábrica de mundos passando a ocupar o núcleo dinâmico do sistema, que comanda e controla a transformação do mundo em fábrica, numa extensão do tecido urbano que carrega consigo elementos econômico-espaciais ligados ao industrial, extrativista e infra-estrutural, que não se manifestam sem a política, o elemento de resistência, mobilização e afirmação de um amplo leque de comunidades e coletividades que resistem à tendência de serem inseridas de forma heterônoma nas rodadas de modernização. A passagem do industrial ao urbano, da problemática urbana suplantando a problemática industrial se manifesta também na reestruturação do nexos econômico-espacial da própria metrópole na direção de um conjunto de atividades que se reúnem sob o guarda-chuva da própria urbanização – a constante e reiterada redefinição do ambiente construído em função da atualização das condições de acumulação de capitais e extração de renda; e a expansão e intensificação de atividades voltadas para os próprios processos vinculados à reprodução da cidade e de seus elementos constitutivos. Sendo que nas dinâmicas destes dois conjuntos interligados a produção simbólica é parte fundamental.

2 DA ECONOMIA DA CULTURA AO (RE)ENCONTRO COM A POLÍTICA

Esta fábrica de mundos, centrada na metrópole e que passa a ser sua atividade principal num esquema ampliado de reprodução de capitais, corresponde à proeminência atual da produção imagética, simbólica, da subjetivação, do espetáculo, do capitalismo cognitivo, biopolítico, informacional, imaterial. O espaço é insumo produtivo fundamental no agenciamento de valor nestes circuitos em função do alto grau de complementaridade entre suas atividades, que demandam trocas constantes através do contato direto entre seus trabalhadores. A oferta em concorrência monopolística da produção imobiliária, combinada a esta necessidade aumentada que estas atividades de ponta têm da localização em situação de proximidade de seus parceiros, gera um ganho de poder de mercado, bem como complementaridades estratégicas para os capitais imobiliários (que inclui as empresas construtoras) na gestão da proximidade entre residência e local de trabalho através dos próprios empreendimentos, que constitui um fator valorizador adicional para sua produção. Cria-se aí um meio urbano adensado e de fronteiras cada vez mais tênues entre espaços de trabalho e de moradia, que tendem a mesclas de diversas formas e ao aparecimento de novos espaços de trabalho compartilhado inseridos neste meio. O lucro diferencial auferido no setor terciário que se assenta nestas zonas é em parte direcionado à renda da terra, abastecendo-a com muito mais força do que a indústria o fazia, até porque esta lutava contra a renda, o que a hegemonia das finanças impede que o capitalismo cognitivo faça. A renda da terra constitui assim uma forma de territorialização através de um canal que permite acesso a parcelas dos rendimentos destes setores de forma geral, onde as cadeias de valor são difusas e cada vez mais efêmeras (desterritorializantes).

O caráter cada vez mais efêmero e difuso do trabalho nestas atividades se relaciona a uma lógica de transbordamento do pós-fordismo e da acumulação flexível para além da fábrica na direção do espaço econômico como um todo, que vem ganhando a alcunha de *uberização* (do trabalho, da cidade, da economia). Neste processo, que envolve também a retirada dos direitos trabalhistas através da guinada autoritária do neoliberalismo atuando em escala nacional em diversos contextos, os trabalhadores são transformados em “empreendedores individuais” precarizados, acionados por projeto, e inseridos numa deliberada nuvem de fumaça ideológica que busca fazê-los crer que são, de fato, empreendedores e não trabalhadores precarizados.

Esta dinâmica constitui uma segunda perna, complementar à renda da terra, na reestruturação contemporânea das economias metropolitanas, gerando variações diversas em torno

de um “capitalismo de plataformas”¹ que tem na metrópole um catalisador importante, por constituir uma enorme concentração de fatores que podem ser combinados de formas distintas de acordo com demandas que podem ser efêmeras, específicas e variadas – mas sempre com um nexo de canalização de mais-valor e renda, muitas vezes através da própria tecnologia, acoplado. A aglomeração reúne os fatores que permitem que os agenciamentos aconteçam, e nisso ela se transforma, de plataforma de acumulação industrial a plataforma de acumulação baseada em arranjos flexíveis diversos de produção, comercialização e consumo. O que não ocorre sem a continuada acumulação primitiva que torna os fatores disponíveis ao trabalho e ao aluguel, combinada com a reiterada desigualdade herdada que cria as assimetrias que caracterizam as entradas (e saídas) por portas distintas nestes arranjos flexíveis. Em escala geo-histórica mais ampla, a própria cidade torna-se plataforma ativada temporariamente por rodadas de investimento, produção e realização de lucros – não só no formato mais explícito e gritante dos megaeventos esportivos, mas nos ciclos macroeconômicos de expansão, retração e marasmo, que geram ondas de produção do espaço que na contemporaneidade se traduzem em rodadas sucessivas de urbanização e re-urbanização.

A economia da cultura, por sua vez, que é acumulação flexível por natureza (da sequência de espetáculos-projeto, de performances, exposições, temporadas etc.) e tem uma enorme variedade de profissionais de níveis diversos acionados como *freelancers*, entra no círculo ampliado da uberização da cidade como um elemento criador de demanda, gerador de eventos e localidades que irradiam valor imobiliário em seus entornos imediatos, e capaz de inserir a forma *espetáculo* como verniz estético em busca de maior valor agregado num leque ampliado de atividades do setor terciário situado no cerne das cadeias de valor e renda capitaneadas pelo setor financeiro.

¹ As plataformas aqui são estruturas abertas para o uso por operadores independentes, voltadas para o atendimento a terceiros, em formatos de parceria de negócios entre os dois primeiros, tendo os terceiros como consumidores, como as redes sociais eletrônicas ou os aplicativos de serviços nos moldes do Uber e Airbnb. Estas plataformas promovem o encontro entre estes elementos, e possibilita uma intensificação significativa do grau de flexibilização das relações de trabalho, produção e comercialização, sendo a obtenção e a acumulação de uma enorme quantidade de dados privados dos consumidores (inclusive em potencial) um pilar importante para estes serviços, caracterizados também por uma tendência à rápida conformação de monopólios em cada seara específica de atividade. Suas implicações para a extração de renda e mais-valor de forma flexível e difusa no tecido socioespacial são expressivas, e entram em sintonia com o reajuste regulatório autoritário levado a cabo desde 2016 no país. As consequências para a cultura como setor de atividade econômica urbana ainda não se manifestaram com clareza, mas tendem a ser generalizadas. Vide Srnicek (2016).

Como complemento a esta fábrica de mundos, o devir fábrica do mundo, por sua vez, envolve a explosão da lógica da cidade industrial taylorista para a escala planetária, acompanhada do aprofundamento e da ampliação do processo de financeirização, como produção de canais de extração de valor e renda difusos na sociedade e no espaço, que obviamente não se limitam à metrópole mas culminam em suas teias – sede privilegiada da alta finança, terreno de produção e reprodução de suas relações (políticas inclusive) e da produção do espaço da vida de seus operadores. A extensão da urbanização (Monte-Mór, 1994) em escala planetária (Brenner, 2014) constitui uma dialética socioespacial: em torno das fricções geradas pela modernização em suas diversas rodadas e ondas territoriais e entre o processo de urbanização como constituição de territorialidades passíveis à penetração do investimento em padrões industriais em escala ampliada e a pólis, a práxis urbana politizada, a politização do próprio espaço, que acompanha a extensão do tecido urbano a estas territorialidades e a outras localidades que precisam se organizar para resistir (e sobreviver) às próprias ondas.

Os inúmeros desencadeamentos diretos e indiretos de maio de 68 foram fundamentais na dupla dinâmica da metrópole fábrica de mundos e do mundo tornado fábrica/urbano. São, em certa medida, responsáveis pela saída da indústria: da metrópole na direção da região, e do norte global na direção do sul, em escala muito maior que a dinâmica do fordismo vindo à semiperiferia abrindo oportunidades de inversão de excedentes, e que é a escala da industrialização chinesa contemporânea. País que se torna a cidade industrial do mundo, e do mundo tornado fábrica, no espraiamento do taylorismo a escalas territoriais ampliadas, que ocorre a partir da penetração desta lógica da divisão do trabalho (levada ao extremo em função do produtivismo extremo) para qualquer forma de produção, inclusive na agricultura. E na medida em que esta vai conseguindo deixar de sofrer os efeitos indesejáveis da natureza através da técnica, contribui para que a natureza se torne contra de forma mais decisiva e agressiva, no entanto não somente à atividade em si, e envolvendo uma grande desigualdade na distribuição desta nova forma de vulnerabilidade social.

Maio de 68 representa de certa forma uma luta pela criação autônoma de mundos – e é importante apontar para o fato de que aquela onda de contra-cultura teve uma característica comum a todas essas rodadas, que são suas porções de fácil cooptação, cujas trajetórias posteriores são fundamentais na própria incorporação hegemônica pela domesticação das tendências disruptivas dos movimentos. Trata-se de uma dinâmica que contribui diretamente para que o capitalismo aumente sua capacidade plástica de usar movimentos contrários a seu favor, mecanismo essencial em sua renovação histórica que ganha camadas de complexidade fundamentais para a

compreensão dos paralelos destas dinâmicas de vetores disruptivos (2011 no norte do mundo, 2013 no Brasil) e reações através da incorporação de suas armas (a ascensão da extrema direita através das redes digitais) no contexto contemporâneo. No entanto, se 68 é a resistência contra a cidade transformada em metrópole pela indústria, a metrópole como fábrica social é a fábrica de mundos respondida a 68, atendendo seus pedidos, mas obviamente de forma distorcida. O novo sistema urbano baseado na fabricação de mundos completamente conectada ao nexos da acumulação – a fábrica de mundos como a proliferação de formas de aumentar e abastecer novas plataformas de valorização de capitais – talvez tenha uma capacidade maior de evitar que os novos mundos criados sejam ameaças à ordem. O que, é claro, não permanece sem respostas. Então se 68 é a resistência contra o taylorismo da fábrica ganhando a cidade, 2011 no mundo e 2013 no Brasil apontam como uma resistência contra o capitalismo cognitivo em simbiose com o setor financeiro, e a tendência à colonização da própria criatividade como um dispositivo de geração de valor através da subjetivação imagética, sendo a ideia da cidade criativa a total celebração desta cidade do radicalismo estético esvaziado, da onipresença da ironia e da afetação, e da politização superficial.

Trata-se portanto da história da crise da metrópole ligada à crise do fordismo, que dá lugar ao imperativo neoliberal das vantagens comparativas regionais, que por sua vez, nas cidades grandes correspondem aos serviços e o capitalismo cognitivo, sendo a economia da cultura uma parte importante deste conjunto. Este é um setor de alta geração de valor através da imagem e da produção subjetiva, alto transbordamento na direção do capital imobiliário valorizado por intervenções urbanísticas que se ancoram em investimentos culturais, havendo praticamente uma ausência de limites tangíveis na capacidade do trabalho imaterial de criar mercadorias a partir da criação de subjetividades (por não depender de condições de capital investido, economias de escala e outras restrições que aparecem à produção material), dentre outros fatores. Há portanto um encaixe desta economia da cultura como peça-chave de um agenciamento econômico-espacial ampliado que não ocorre sem o fator primordial do trabalho e de seus sujeitos nas suas formas de produção. De modo coerente com o ambiente pós-fordista e neoliberal que lhe envolve, este meio é caracterizado por uma desigualdade significativa e por uma lógica de precariedade das condições de vida e trabalho da maioria de seus agentes, responsável por torna-los facilmente instrumentalizados como trabalhadores em arranjos econômicos, políticos e urbanos opostos a suas próprias aspirações de cidade e espaço público.

Na dialética indústria-cidade-urbano (industrialização-metropolização-urbanização), o capitalismo industrial cria uma relação de necessidade da cidade e da urbanização como processo

fundamental para sua expansão, que ao longo do tempo passa a comportar-se como um fator gerador de riscos e intempéries para seus projetos, em função da política, da presença da pólis, das diferenças que se politizam, ou da mobilização dos trabalhadores. A metropolização envolve a transformação do espaço urbano na direção do atendimento às necessidades de expansão e fluidez por parte do capital industrial, combinada à gestão e à complexificação dos mecanismos de disciplina e controle necessários para conter estas tendências. O que não impede que elas continuem surgindo e se sofisticando na direção de novos contornos e conteúdos políticos.

Na metrópole contemporânea, dentre uma miríade de manifestações destes processos políticos, os trabalhadores da economia da cultura se organizam diante do quadro contraditório de precarização, instrumentalização de seu trabalho nos projetos urbanos hegemônicos, e proeminência de suas atividades no nexos econômico-urbano ampliado. Num primeiro momento, tal mobilização vai na direção da construção política de um sistema de garantias que os retirem da total exposição ao mercado, propondo-se a economia da cultura como um setor que merece ser protegido do livre mercado global em função de sua ligação inerente com identidades, com a produção de uma esfera simbólica que se relaciona diretamente à soberania cultural da nação etc. Esta dinâmica terá rebatimentos importantes no Brasil, ao abrir um flanco para o fomento a todo um setor de atividade econômica através da ação do Estado, nas leis de incentivo à cultura que conciliam demandas do próprio capital em busca de entradas para o investimento no marketing da chamada responsabilidade socioambiental, com as reivindicações dos grupos que passam a operar este protegido do mercado através de suas próprias necessidades. Trata-se de uma conciliação, dentre um leque ampliado de arranjos semelhantes (na política habitacional, por exemplo), entre política social, neoliberalismo, formas de atendimento a demandas de grupos sociais mobilizados e às necessidades das grandes corporações ao mesmo tempo. Ou seja, incorpora-se uma primeira reivindicação através de uma saída que atende ao próprio nexos econômico-cultural ligado aos projetos urbanos hegemônicos.

No entanto, para além desta dinâmica e através dela (embora não exclusivamente), o fortalecimento desta economia cultural renovada pelas políticas públicas promovem indiretamente uma forma de transbordamento da ação destes agentes produtores de imagens, em que os “trabalhadores” do setor se mobilizam politicamente em terrenos de disputa no terreno da *política cultural* (enquanto *politics* e não *policy*) (Alvarez et al, 2000). Esta mobilização se articula primordialmente com as pautas identitárias, sobretudo raça, sexualidade e gênero, num movimento de retorno das artes à política, após um período de certa aversão a este envolvimento – que constitui

uma predominância de certa convergência silenciosa com o marketing, o pós-modernismo celebratório e domesticado, e o neoliberalismo. O engajamento direto da produção simbólica com aquelas pautas opera nos limiares de um recorte impreciso entre cultura como delimitado a esta atividade criadora, independente de seu grau de envolvimento numa lógica de produção (de valor econômico, inclusive), e a cultura como modo de vida, ou como “o sistema significativo pelo qual necessariamente (embora entre outros meios) uma ordem social é comunicada, reproduzida, experimentada e explorada” (Williams, 1981, p. 13 *apud* Alvarez et al, 2000, p. 18). Justamente por atuarem neste ponto de encontro, as dinâmicas relacionadas à política cultural que frequentam o cotidiano imediato e a experiência urbana em primeira pessoa destes agentes de produção de cultura tenderão a ser objeto de seu próprio trabalho, naturalmente. É a partir deste mesmo princípio que surge a reboque o encontro com a questão urbana, como um aglutinador de experiências e embates que atravessam diretamente o cotidiano, e portanto a própria prática criadora destes grupos.

O encontro da cultura com a mobilização em torno da questão urbana vem acontecendo na metrópole brasileira contemporânea de formas múltiplas e em diversas situações concretas: eventos culturais autônomos realizados no espaço público diante de tentativas de proibição por parte do poder público, mobilizações municipalistas visando a entrada na disputa eleitoral em que há uma proeminência do setor cultural em encontro com parte significativa do ativismo urbano em suas composições atuais, a proliferação de duelos de MCs, saraus e slams de poesia nas periferias e no espaço público em áreas centrais, a politização urbana de manifestações artístico-culturais diversas (do hip hop ao retorno do carnaval de rua), as ocupações culturais em edifícios ociosos e abandonados etc. Em muitos casos, as práticas iniciadas na década de 1990 por ONGs, voltadas para a cultura como forma de se retirar crianças e adolescentes das ruas e do crime organizado, envolvem um retorno às ruas, com um transbordamento que se expressa no espaço urbano em intervenções e performances diversas, muitas vezes como tentativa explícita de transforma-lo. São experiências que ocorrem em todo o país, sobretudo nas grandes cidades, e que frequentemente constituem redes e formas de encontro e intercâmbio entre elas. A heterogeneidade dos grupos e eventos é reflexo direto da diversidade do próprio campo da política cultural em interface com as pautas identitárias, sendo o grau e as formas de transbordamento para além destas pautas, na direção de práticas e orientações interseccionais, também marcado por uma grande diversidade de situações. Trata-se portanto de uma repolitização da cultura no âmbito da produção artístico-

cultural, em triangulação com a proeminência da questão urbana nesta interface cultura-política, como um importante aspecto aglutinador, catalisador, do próprio reencontro deste binômio.

Os motivos por trás destes processos e suas implicações são diversos, e requerem maiores aprofundamentos empíricos que só temos condições de indicar de forma preliminar no escopo desta intervenção. Num primeiro ponto é importante a leitura de Guattari e Rolnik (1986), que propõem uma reflexão da cultura como conceito reacionário quando enquadrado de forma restrita às artes – ou ainda pior, ao entretenimento. Sendo esta operação de redução em si um dispositivo ideológico, que tenta isolar a cultura como modo de vida (o que em termos lefebvrianos tem uma grande sobreposição com o cotidiano) do terreno movediço e dinâmico da produção cultural. A tentativa de se promover o desligamento entre os dois significados – cultura como produção artístico-cultural e como modo de vida e o conjunto de valores e construções simbólicas que orientam o pensamento e a ação cotidiana concreta – cumpre um papel ideológico significativo, justamente pela potência das pontes: a produção como inerente produção de cultura no sentido amplo, que transborda para a vida e a cidade como um todo.

Um segundo ponto é que parte importante dos grupos envolvidos na produção artístico-cultural contemporânea enxergam que a disputa simbólica é central na esfera política em geral e se veem numa posição importante e privilegiada para o engajamento de formas diversas (sendo que nisso assistimos com o recrudescimento da reação um retorno das chamadas guerras culturais que geralmente ocorrem em momentos históricos de fortalecimento da projeção das pautas progressistas). As questões de identidade apontam como uma primeira forma desta entrada no campo da política cultural: há uma sobreposição significativa entre os grupos envolvidos nestas pautas (de raça, etnia, gênero, sexualidade etc.) e os agentes ligados à cultura; e diante da proeminência destas questões na política contemporânea, e do fato delas se relacionarem mais diretamente ao plano da política cultural como disputa pela produção simbólica, valorativa e subjetiva, estes agentes se enxergam em posição privilegiada para entrada em seus terrenos de disputa.

O terceiro ponto refere-se às linhagens que partem da contracultura das décadas de 1960 e 70 e vão até a cultura alternativa dos anos 1990, importante na formação de parte das práticas culturais urbanas citadas acima – do hip hop contemporâneo dos duelos e do circuito em que eles se inserem, por exemplo. Um elemento subjetivo importante nas práticas produtivas e sociais destes grupos é a figura do *outsider*, que envolve a valorização do que permanece de fora dos circuitos principais de produção e sobretudo remuneração da produção de imagens e

subjetividades, e que é frequentemente relacionada a um ethos de abertura radical ao outro, da comunhão coletiva e anti-hierárquica em torno do compartilhamento, da ajuda mútua, da escuta, da simplicidade, do círculo de amizade ocupando o lugar da família, da irmandade construída através da experiência cotidiana compartilhada. A sintonia em conjuntos de princípios dessa natureza é construída culturalmente inclusive através do contato com a produção simbólica que dá sentido a essas práticas e ajuda a afirmá-las, não só na música, mas no cinema das margens, no teatro, na poesia, no skate, na arte de rua. É também a ideia do encontro e de um *comum* construído através de práticas de comunhão e reforço de nexos coletivos, embora elas sejam constantemente atravessadas e confrontadas por manifestações de individualismo de matizes diversas: por vezes na direção da competição exacerbada ou da ridicularização aumentada pela exposição no espaço digital, outras vezes na afirmação da autonomia individual como complemento necessário à coletiva, ou como condenação ao surgimento de práticas coletivistas repressoras de diferenças internas. Controem-se aí espaços de abertura e acolhimento com importante potencial terapêutico e construtor de sentidos, inclusive para jovens em situação de risco e alta vulnerabilidade à violência e/ou aos circuitos de recrutamento do crime organizado.

E o quarto ponto é que estes grupos vêem a cidade como campo de trabalho. Assim como o capitalismo cognitivo de forma geral, a cidade tornada fábrica social é vista como um fato da vida cotidiana, sendo a disputa pela cidade uma luta por melhores condições de trabalho e vida – de formas que colocam estas duas esferas como inseparáveis, simplesmente porque tornam-se de fato, para o bem e o mal. Daí o transbordamento na ação na direção da questão urbana: ela passa a ser uma questão de gestão do espaço da vida e de luta por ele, que tende a coincidir completamente com o espaço da obra (que é o que esses grupos miram, na maioria das vezes). O tema da cidade surge nos trabalhos de forma politizada a partir de experiências concretas que não somente dão sentido às práticas culturais, mas constituem inúmeras vezes os motivos de entrada em seus universos. Nisso, confronta-se diretamente o nexo da produção simbólica central ao projeto urbano neoliberal (Magalhães, 2015b) em seu núcleo produtor de imagens, signos e subjetivações situado justamente nos circuitos metropolitanos da economia da cultura.

É interessante ressaltar que no momento atual da interface entre cultura e política na metrópole, inclusive no âmbito dos movimentos urbanos, é conhecido e comentado o risco da permanência num nível superficial da política festiva e estética, bem como a facilidade com que a cultura é capturada pelos projetos urbanos hegemônicos desde o advento do empreendedorismo de cidades na década de 1980, como um instrumento direcionado à criação e alimentação de

vetores de valorização imobiliária de formas diversas: dos bairros de artistas que funcionam como frentes pioneiras de gentrificação à instrumentalização da figura do museu, como âncora de operações urbanas e intervenções pautadas pela realização do *hiato rentista*² em áreas tidas como degradadas embora com potencial pelo próprio capital imobiliário. Resulta parcialmente de uma postura crítica a esta instrumentalização, bem como ao culturalismo e o identitarismo puros – desligados de pautas de classe, ou de *justiça econômica* de forma geral – o fortalecimento da interseccionalidade como uma orientação política prática capaz de preencher os campos cegos de ações conformadas em perspectivas específicas, onde muitas vezes situam-se dinâmicas que permitem o surgimento de formas de instrumentalização hegemônica das próprias movimentações (nas lutas LGBTs pouco informadas a respeito de como podem tornar-se fomentadores de processos de gentrificação, por exemplo). Observa-se que essa prática interseccional ocorre num primeiro momento entre pautas identitárias distintas (movimentos LGBT, negro, feminista etc.) e que na sequência entra a questão urbana neste bolo como um aspecto central a cada uma das pautas – a cidade que respeite a vida e a autonomia de LGBTs, negros, mulheres etc. O que parece ocorrer a reboque, no contexto da crise desde 2015, é uma entrada da questão econômica nestas interseções: apoio às lutas contra a retirada de direitos trabalhistas, engajamento direto nas lutas dos camelôs em expansão e consequente expulsão dos centros, construções de redes de economia solidária através de espaços de comercialização conjugados a práticas culturais-políticas e/ou na ampliação da distribuição de alimentos produzidos por cooperativas e movimentos de sem terra em entornos metropolitanos etc.

Numa influente sequência de intervenções no debate acerca do papel da cultura nos projetos urbanos hegemônicos da virada do século, Otília Arantes (2000) traz uma rigorosa avaliação crítica daquele quadro, apontando para a nova inserção da cultura no urbanismo como uma forma de retorno dos velhos ideários culturalistas das teorias do planejamento e do urbanismo em convergência com a influência direta do pós-modernismo na política e na teoria social, responsável por uma retirada de cena das pautas centradas na questão de classe e nas relações sociais de produção. Para Otília Arantes, em convergência com uma ampla literatura crítica acerca do chamado planejamento estratégico e do empreendedorismo urbano, a cultura ocupa nestes

² O *rent gap* na formulação original de Smith (1987): a diferença potencialmente grande entre determinado valor imobiliário baixo em função de uma situação urbana interpretada como degradada pelo próprio mercado, e o alto valor futuro alcançado parcialmente através da *requalificação* urbanística (tendo o termo *revitalização* sido estrategicamente abandonado em função de suas óbvias conotações de ausência de vida nos lugares visados como potenciais de alto valor imobiliário futuro).

projetos um papel central na reconformação da imagem da cidade através de sua espetacularização, fundamental para a reconfiguração produtiva e rentista destes espaços operada por seus agentes controladores hegemônicos pós-crise do fordismo traduzida em crise da metrópole – sendo esta uma vertente com origens claras no urbanismo estadunidense do contexto do *reaganismo*, rapidamente exportada para as cidades europeias conhecidas como emblemas da abordagem (Barcelona etc.).

Desde este quadro da década de 1990, objeto da crítica de Arantes, algumas trajetórias entrecruzadas precisam ser consideradas na leitura desta perspectiva, que sem dúvida permanece atual – diante da continuidade e do aprofundamento da instrumentalização da cultura nos projetos urbanos hegemônicos capitaneados pelo agenciamento estratégico da renda da terra –, mas não sem novos elementos em cena. Um destes componentes vem justamente daquilo que a nova geração da mesma árvore genealógica (Arantes, P., 2014) aborda, em consonância com os próprios movimentos, como o *novo ciclo de lutas*, em cuja deflagração a questão urbana é central. Trata-se dos movimentos sociais surgidos na década de 2000, por fora da esfera de influência dos circuitos da reforma urbana e, de forma mais ampla, dos movimentos que remontam ao período da abertura política dos anos de 1970.

Este ciclo recente, por sua vez, traz também a necessidade de atualização nos debates do final da década de 1990 em torno das interfaces cultura e política nos movimentos sociais latinoamericanos (Alvarez et al, 2000), na direção da ampliação destas interfaces. É notável nas práticas, discursos e formas de mobilização política que a maior parte deste novo ciclo de lutas a importância da interface entre cultura, política e cidade, fundamental em sua agenda e sua forma de atuação. Neste sentido, a cultura urbana deixa de ser mero instrumento do grande projeto estratégico, se tornando significativa e campo de criação simbólica importante nas próprias lutas. O que ocorre frequentemente nos termos do encontro descrito acima entre a produção cultural e o terreno político das pautas identitárias, crescentemente convergentes com o lugar da interseccionalidade que as coloca em encontro produtivo com outras lutas – dentre as quais a política em torno da questão urbana, da luta pela moradia e pelo direito à cidade. É nestes termos que surgem novos elementos também em relação ao mapeamento analítico reunido em Alvarez et al (2000), em que a cultura política aponta como um campo de construção simbólica a partir do ativismo, que busca ressignificar noções fundamentais à própria prática política como forma de abertura e ampliação das possibilidades desta mesma prática. O que continua em cena, num somatório com novas alianças com o próprio setor artístico-cultural, que também se transforma e

aprofunda suas práticas políticas. Portanto, é bastante nítido que a cultura continua ocupando lugar fundamental no projeto urbano rentista, com sua capacidade de criação de desejos e atratividades através da produção imagética, simbólica e subjetiva. De certo modo, aprofundam-se as formas de inserção do elemento cultural nos circuitos hegemônicos – se diversificando em infinitos sub-tipos de estilos de vida e consumo, abarcando novos teores de verniz crítico e radical embora incorporados etc. Não somente a política reaparece em seus meios, em encontro com a disputa pela própria cidade, mas a própria cultura retorna a um patamar transformador mais aprofundado, na direção de construções possíveis de novos modos de vida. Como nota o antropólogo Márcio Goldman (2007), Alvarez et al apontam para a difusão de experiências no Brasil que guardam potencial de mudança, e no entanto

reduz[em] imediatamente essas experiências ‘ao processo de construção de cidadania’ (p. 87) e a uma ‘disputa entre concepções alternativas de democracia e da arena política’ (p. 79) – quando se trata, talvez, de algo mais profundo, de disputas em torno de concepções alternativas de vida. Da mesma forma (p. 86-89), a precisa observação de que os novos movimentos sociais buscam uma nova sociabilidade – e não a simples aquisição formal de direitos – e estão apoiados na existência de pessoas ‘que se recusam a permanecer nos lugares definidos social e culturalmente para eles’ (p. 89) – e não na pura demanda por uma ‘inclusão’ em uma ordem social preexistente, é precedida por uma espécie de advertência, lembrando que essa originalidade deriva da busca de uma ‘nova cidadania’ e de uma ‘democracia ampliada’ (p. 85) e que essas pessoas são cidadãos emergentes (Goldman, 2007, p.89).

Entretanto, o que se observa nas experiências mais recentes de aglutinação de esforços dos movimentos na direção da ocupação dos espaços de poder – num sentido de “ocupar a política” que aponta na direção das ocupações urbanas, das ocupas culturais, do movimento occupy – é que o terreno da produção cultural das noções de cidadania mapeado por Alvarez et al ressurge precisamente como uma extensão necessária destas “concepções alternativas de vida” defendidas por Goldman. Definem-se novos contornos a partir do adensamento da interseccionalidade capaz de reunir, através do reconhecimento das diferenças e das alianças possíveis, pautas identitárias diversas entre si e com o domínio do econômico. A entrada na institucionalidade via eleições é defendida como imprescindível diante da crítica da representação, da necessidade de garantia de direitos e da conquista de um ponto de apoio a lutas concretas por dentro da estrutura legislativa – ademais, a própria construção do comum depende de garantias legais fundamentais numa forma de extensão dos direitos humanos, na direção do direito à autonomia, à autodeterminação, à autogestão, aos territórios do comum autoconstruídos.

Se o que promovem o empreendedorismo urbano e o planejamento estratégico, no que diz respeito a cultura, é “a substituição pós-moderna do espetáculo como forma de resistência ou festa popular revolucionária pelo espetáculo como forma de controle social” (Harvey, 1992, p. 88-92

apud Arantes, 2000, p. 22), é notável que a festa popular da resistência-afirmação-criação continue ocorrendo nos interstícios. A cultura situada num espectro entre a interface com a política e a instrumentalização pelo mercado, numa grande nebulosa de elementos, onde podem ser identificadas diversas regiões, de graus de pertencimento distintos. Estas vão desde as zonas mais autonomistas e radicalmente avessas a qualquer forma de relação com o capitalismo cultural urbano contemporâneo (ocupas culturais, slams de poesia, duelos de MCs, certas porções do carnaval de rua), passando por zonas intermediárias diversas onde ocorrem formas de instrumentalização distintas (de adesão consciente ou não) até a adesão ampla e deliberada ao projeto (grandes museus e centros culturais, grandes festivais, empreendimentos culturais favoráveis a processos de gentrificação de seus entornos etc.).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: a centralidade do simbólico-subjetivo e a conjuntura política atual

O direito à cidade na metrópole do trabalho imaterial torna-se o direito à criação de mundos de forma livre e autônoma, em continuidade com o princípio do direito à cidade como direito à definição aberta e democrática do próprio sentido da cidade e da urbanização. O dispositivo que impede essas construções no capitalismo cognitivo é uma forma chave do controle atual, o controle da subjetivação; quando aparecem rachaduras na habilidade do sistema de manter esses dispositivos conectados a suas redes ele age rapidamente para fechar as brechas. O caso recente mais dramático foi certamente a internet, que em velocidade desconcertante deixa de ser ambiente aberto para construções diversas para tornar-se território de controle, vigilância, manipulação, roubo de dados pessoais e outros – apesar de continuar sendo como a cidade, um espaço inerentemente trincado e com aberturas em potencial (Magalhães, 2015).

A fábrica de mundos nos circuitos hegemônicos envolve um agenciamento de um processo material com a produção imaterial e simbólica sem a qual a produção material em si não se realiza, trazendo a implicação de que o contra-hegemônico também precisa operar em combinações semelhantes. A potência criadora através das alianças, embora tensionada pelos conflitos entre pautas distintas, conecta-se à enorme capacidade de formação de redes que os novos movimentos e os agentes ligados à cultura normalmente apresentam. O que no entanto envolve um potencial subaproveitado e passa a ser respondido na mesma moeda pelo encontro explosivo das pautas conservadoras com as redes e o espaço digital.

Um efeito colateral da entrada dos grupos da cultura nas redes de mobilização raramente mencionado é o aporte de práticas intersubjetivas, de atuação nos espaços discursivos, que são outras, distintas do que se pratica comumente nos espaços de mobilização voltados para outras frentes. Muitas vezes estas práticas discursivas e de conformação de afetos envolvem elementos subjetivos geradores de nexos de empatia para certos personagens e que operam no sinal inverso para outros, gerando afastamentos, antipatias, impressões de certa substituição do velho elitismo intelectual-acadêmico inserido nos circuitos dos movimentos por elitismos estéticos e formas de *distinção* através do *capital cultural* geradoras de *violência simbólica* (Bourdieu, 1989, 2007), direcionada a grupos diversos. É interessante notar como estes afastamentos muitas vezes advêm de participantes advindos das zonas sociológicas situadas não somente no âmbito do alto capital cultural, mas de sua sobreposição com o econômico – sendo aqueles que têm a experiência cotidiana e de história de vida na periferia, mesmo se vinculados a pautas identitárias e/ou aos circuitos da produção artístico-cultural, demonstram maior envergadura para a empatia e conexão com outros grupos mobilizados politicamente, que é justamente o enorme *precariado* urbano e sua sobreposição com a juventude, sobretudo das periferias. Esta postura de fechamento e afirmação da distinção, colocada em perspectiva não desde estes espaços circunscritos da política, mas em ambientes mais ampliados que abrangem grupos de não-ativistas, torna-se um vetor produtor de afetos ainda mais negativos, potencialmente mobilizadores da ação organizada no campo ultra-conservador, através da canalização proativa de energias ressentidas.

Outra forma possível de se abordar a guinada cultural recente na política de base é a partir da ideia de que os movimentos focados na questão urbana (sobretudo no âmbito da luta pela moradia), por conta do contato direto e intensificado com a tessitura social da periferia, da pobreza urbana, das ruas etc., capturam algo cujas implicações de enorme envergadura viriam à tona nas eleições de 2018: a centralidade do simbólico-subjetivo, o campo de batalha travado neste terreno dos valores sendo fundamental na trajetória das lutas diversas. O que os neopentecostais fazem é justamente a produção hiperideológica de um universo simbólico coeso, com grande capacidade de auto-reprodução e espraiamento, e repleto de mecanismos de defesa internalizados em seus sujeitos diante das eventuais ameaças discursivas diretas.

Num contexto de violência explícita direcionada cotidianamente às minorias, a entrada nas pautas identitárias torna-se um imperativo ético incontornável – uma questão de literal sobrevivência para aqueles sujeitos a agressões, frequentemente advindas das próprias instituições. É neste sentido que apontam-se como pauta política justa, não somente desejável mas inevitável,

no sentido da defesa do direito à própria existência, fazendo incontornável a própria prática da interseccionalidade capaz de aglutinar e gerar alianças destas reivindicações com outras. Mesmo em total defesa do fortalecimento da política identitária, é inevitável reconhecer que elas abrem um campo de disputa simbólica onde, no contexto atual, o engajamento reacionário é capaz de vencer através da distorção caluniosa das reivindicações diante do sabido conservadorismo cultural e valorativo do eleitorado médio e das majorias absolutas que o compõem. Ou seja, esta é uma via inevitável em função de um imperativo ético, mas que na conjuntura envolve uma armadilha. De qualquer modo, não se trata de um equívoco, mas de uma derrota (reversível) para a agilidade mentirosa da estratégia discursiva oposta, que busca centrar o enunciado emancipatório a ser atacado no identitarismo, descartando-se as pautas distributivas e de *justiça econômica* trazidas em conjunto, e em seguida construindo as absurdas avalanches de falsas intenções – facilmente difundidas através de dispositivos tecnológicos que permitem a profusão de robôs, o anonimato dos anunciantes e de seus patrocinadores.

Aprendendo com o neoconservadorismo estadunidense ao qual é filiado – onde regiões de tradição sindical construída no período da indústria fordista, mas também de grande inserção do protestantismo, são estrategicamente incorporadas ao campo eleitoral conservador através da mudança no eixo do discurso, do econômico para o cultural/identitário/religioso – o profascismo brasileiro enxerga oportunidades inéditas no fortalecimento culturalista do próprio campo progressista, diante do moralismo conservador das majorias. No plano do “circuito dos afetos” (Safatle, 2015), a política identitária opera muito mal, no reforço da reação moralista das majorias, ao deixar prevalecer a atitude de ataque direto e de completa deslegitimação dos não-aderentes, deixando de reconhecer o enorme campo (proporcional à magnitude da desinformação) indefinido e em disputa que existe entre a afirmação e a condenação de suas pautas. Assim como nos percursos que envolvem junho de 2013 e a recrudescência conservadora atual, há aqui um paralelo com a dialética da trajetória que vai de 1968 ao neoliberalismo: o campo aberto pelas próprias reivindicações é aproveitado por forças opostas através da renovação ágil de seus mecanismos ideológicos conjugados à redefinição dos próprios agentes da mudança conservadora, que são capazes inclusive de trabalhar nos termos colocados pelos próprios movimentos disruptivos.

A alta densidade relacional e transescalar da metrópole é um aspecto aglutinador importante por trás destas conexões entre formas de organização e pautas estruturantes dos movimentos urbanos e processos políticos de larga escala, como estas dinâmicas que atravessaram as eleições presidenciais de 2018 no Brasil. Interligam-se diretamente não somente com embates

situados em escala nacional, mas a outras territorializações destes conflitos que se traduziram de forma dramática nesta conjuntura, como nas regiões de altíssima proporção do voto na extrema direita em correlação com a produção de soja e o avanço de novas ondas de modernização conservadora em conflito frontal com as populações tradicionais, os movimentos de sem terra, ambientalistas e outros diversos.

4 REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. Introdução: o cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARANTES, Pedro. A anti-reforma urbana brasileira e um novo ciclo de lutas nas cidades. In: SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda (Org.). **Jornadas de Junho: a revolta popular em debate**. Rio de Janeiro: Instituto Caio Prado Jr., 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo, Edusp, 2007.
- BRENNER, Neil (org.). **Implosions/explosions: towards a study of planetary urbanization**. Berlin: Jovis, 2014.
- CHOAY, Françoise. O urbanismo: utopias e realidades – uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- GOLDMAN, Márcio. Políticas e subjetividades nos “novos movimentos culturais”. **Ilha: Revista de Antropologia**, v.9, n.1, 2, 2007.
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.
- _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999 [1970].
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006 [1968].
- MAGALHÃES, Felipe N.C. Produção do espaço na cidade do neoliberalismo e novas aberturas no espaço digital. In: COSTA, G.M. et al (orgs.) **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte, C/Arte, 2015.
- _____. A dimensão simbólica na cidade neoliberal: notas sobre a construção de subjetividades na produção social do espaço do neoliberalismo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 17 (1), p. 11-22, 2015b.
- MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.



MONTE-MÓR, Roberto. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M. et al. (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169-181.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SMITH, Neil. **Gentrification and the rent gap**. In: *Annals of the Association of American Geographers*. 77 (3), p. 462-465, 1987.

SOJA, Edward. **Postmetropolis: critical studies of cities and regions**. Oxford: Blackwell, 2000.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity, 2016.

WILLIAMS, Raymond. **Culture**. Glasgow: Fontana, 1981.